

**LEI Nº 1.709, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1988.**

(Revogada pela Lei nº 3.504/2018)

***~~ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA  
DO MUNICÍPIO DE ALEGRE, ES, PARA O  
EXERCÍCIO DE 1989.~~***

Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, aprovou, e eu, **~~PREFEITO MUNICIPAL~~**, sanciono a seguinte lei:

**~~Art. 1º~~** – O Orçamento do Município de Alegre, Estado do Espírito Santo, para o exercício financeiro de 1989, discriminados pelos anexos integrantes desta lei, estima a Receita e fixa a Despesa em Cr\$ 3.100.000.000,00 (três bilhões e cem milhões de cruzados).

**~~Art. 2º~~** – A Receita será realizada mediante a arrecadação de rubricas previstas na legislação em vigor, especificadas no Anexo nº 1 da Portaria SOF/SEPLAN nº 045/85, de 24 de dezembro de 1985, e de acordo com o seguinte desdobramento:

		Cr\$	Cr\$
<b>1</b>	<b>RECEITAS CORRENTES</b>		3.051.600.000
1.1	Receita Tributária	41.325.000	
1.2	Receita Patrimonial	20140.000	
1.3	Receita Industrial	100.000	
1.4	Transferências Correntes	2.982.700.000	
1.5	Receitas Diversas	7.335.000	
<b>2</b>	<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>		48.400.000
2.1	Alienação de bens móveis e imóveis	5.000.000	
2.2	Transferências de Capital	37.400.000	
2.3	Outras Receitas de Capital	6.000.000	
	<b>TOTAL GERAL DA RECEITA</b>	<b>3.100.000.000</b>	<b>3.100.000.000</b>

**~~Art. 3º~~** – A Despesa será realizada na forma especificada no Adendo II, do Decreto nº 1.875, de 15 de julho de 1981, conforme desdobramento a seguir:

		Cr\$
01	<u>Câmara Municipal</u>	127.750.000
02	<u>Gabinete do Prefeito</u>	188.220.000
03	<u>Sec. Municipal de administração</u>	525.000.000
04	<u>Sec. Municipal de Finanças</u>	173.610.000
05	<u>Sec. Municipal Agropecuária</u>	32.922.000
06	<u>Sec. Municipal de Educação, Cult. e Turismo</u>	1.004.130.000
07	<u>Sec. Municipal de Obras e Urbanismo</u>	
	<u>Urbanismo</u>	414.500.000
	<u>Transporte</u>	516.500.000
08	<u>Saúde e Assistência</u>	117.368.000
	<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>3.100.000.000</b>

**~~Art. 4º~~** – Fica o Poder Executivo autorizado a fazer alterações no Orçamento e no Código Tributário Municipal, provenientes da promulgação da Constituição Federal e Leis Complementares.

~~**Art. 5º** – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.~~

~~Alegre (ES), 21 de novembro de 1988.~~

~~**DJALMA MONTEIRO DA SILVA**  
**Prefeito Municipal**~~

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.